

RESENHA

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna*. São Paulo: Unesp, 2010.

MAURÍCIO SILVA*

Historiador da cultura que transita com igual desenvoltura dos estudos sobre o pensamento cultural europeu à obra do brasileiro Gilberto Freyre, Peter Burke tem se dedicado, ultimamente, a promover um profícuo diálogo entre os campos da história e da linguagem, aprofundando, a cada obra, as considerações acerca do que convencionou chamar de *história social da linguagem*. É o que procura fazer em seu mais recente livro *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa moderna* (São Paulo, Unesp, 2010).

Tendo como objetivo principal refletir sobre as relações entre línguas e comunidades na Europa, da invenção da imprensa à Revolução Francesa, o autor começa considerando que “a linguagem é sempre um indicador sensível – embora não um simples reflexo – da mudança cultural” (p. 17), motivo pelo qual sua obra afirma-se como uma espécie de história cultural da língua ou, como afirma preferir, *história social da língua*, na medida em que discute a “função da língua na expressão ou construção de uma variedade de relacionamentos sociais” (p. 19). Nesse sentido, seu estudo pretende ser não uma história da linguística, mas um “mapeamento de atitudes em relação à língua, ou de mudanças de atitude, reveladas em lugares-comuns ou em ideias que aos poucos foram se tornando corriqueiras na época” (p. 31).

Segundo o autor, muitos foram os europeus que, nos primórdios da era moderna, trataram da questão das línguas na Europa, nesse período em que classifica como o da descoberta da língua (a partir do século

* Doutor em Letras Clássicas e Vernáculas pela Universidade de São Paulo. Professor da Universidade Nove de Julho.
Email: maurisil@gmail.com

XV), época em que cada vez mais as pessoas começaram a perceber a variedade das línguas e, também, a estudar os vernáculos europeus (além dos já tradicionais grego, latim e hebraico). Cumpre destacar que, nesse período, o latim passa a ser paulatinamente criticado, sobretudo por reformistas religiosos e sociais, embora, por outro lado, apontava-se a relativa pobreza vocabular de alguns vernáculos em relação ao latim. Assim, histórias de línguas vernáculas, bem como textos apologéticos (*Défense et illustration de la langue française*, 1549, de Du Bellay; *Discurso sobre la lengua castellana*, 1585, de Ambrosio Morales etc.), eram produzidos, aprofundando a discussão em torno do assunto, que passava agora para as questões da origem das línguas, da relação entre língua e império, da adoção de estrangeirismos, da comparação entre idiomas, da diversidade linguística (que se adensa com o descobrimento da América, bem como com a chegada do europeu aos continentes africano e asiático). Já nessa época, também, começava-se a discutir os socioletos (registros de grupos sociais específicos), à medida em que “a hierarquia linguística refletia ou sustentava a hierarquia social” (p. 45): crescia, nesse sentido, o interesse pela língua dos camponeses, dos marginalizados, da burguesia ascendente, de grupos religiosos entre outros. Não se pode deixar de assinalar, enfim, o crescente interesse pelos dialetos regionais nos primórdios da modernidade europeia.

Nesse contexto de transformação linguística infrene, o latim não ficou completamente relegado ao esquecimento e ao ostracismo: ao contrário, foi considerado, muitas vezes, elemento de distinção social. Portanto, ao lado de comunidades que viam no latim uma forma de exclusão, havia aqueles que o consideravam um elemento de coesão comunitária, sobretudo ligado à Igreja Católica (onde ele se manteve como língua da liturgia desde o século IV, por volta de 360 até a década de 1960) e à República das Letras (com as Academias de Letras e as Universidades), mas também, em menor grau, entre os juristas, os viajantes, os oficiais e os diplomatas. Nesse sentido, o latim pode ser visto tanto como um elemento de continuidade entre a Idade Média e a Modernidade quanto um elemento ligado à tradição, deixando indelével traços na cultura ocidental. O declínio do latim só se adensará a partir do século XVII, sobretudo com a ascensão definitiva dos vernáculos e, mais do que isso, com a competição entre eles.

A partir do século XVII, portanto, a situação das línguas europeias já era muito diferente daquela verificada durante a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, principalmente em razão do crescimento da alfabetização e da adaptação dos vernáculos às suas novas funções. Proliferaram os textos encomiásticos dos vernáculos, instaurando uma competição entre eles e resultando numa verdadeira batalha linguística. Não poucas vezes, havia um empenho político de valorização e expansão de uma determinada língua, com os vernáculos ingressando em definitivo em determinadas áreas (direito, administração) e, mais lentamente, na vida acadêmica. Essa valorização das línguas vernáculas ganhava ainda mais impulso com os textos religiosos dos protestantes e com as traduções, cada vez mais comuns a partir do século XVI. Todo esse processo de incentivo sistemático da difusão dos vernáculos europeus resultou, muitas vezes, numa larga mistura entre os idiomas e, num segundo momento, na necessidade de uma padronização linguística, promovida por academias e expressa na publicação de gramáticas e dicionários. Evidentemente, não se tratava de uma realidade simples, bastando, para tanto, considerar a necessidade de adoção de uma ortografia padrão (muitas vezes estabelecida pelos tipógrafos) e de um registro dialetal padrão (quase sempre prevalecendo o modelo da corte). No caso particular das misturas idiomáticas, deve-se ressaltar ainda o papel da migração, do aprendizado de línguas diversas pelos falantes, dos locais de contatos linguísticos (como as zonas fronteiriças) ou, simplesmente, das cidades com pendor poliglota. Os resultados dessa mistura eram os mais diversos e inesperados possíveis, como, por exemplo, a formação de *pidgins* e crioulos ou o aparecimento das chamadas línguas “macarrônicas”.

Houve, é verdade, uma reação a esses fenômenos, instaurando-se um processo de purificação linguística já no início da Europa moderna, intensificando-se ao longo dos séculos XIX e XX, num percurso que sugeria tanto a purificação moral, quanto a purificação social e étnica das línguas. No século XVI, por exemplo, houve grande resistência ao ingresso de palavras italianas no francês, da mesma forma que, nos séculos XVII e XVIII, ao ingresso de palavras francesas no alemão. Porém, da mesma maneira que o purismo, há claros exemplos de reações antipuristas nessa época.

Finalmente, considerando que “a língua ao mesmo tempo expressa e ajuda a criar comunidades nacionais” (p. 177), o autor lembra que, a partir da Revolução Francesa, pode-se falar mais precisamente em *políticas linguísticas* conscientes, por meio das quais se articulou, sobretudo, os conceitos de língua e nação.

Com esse denso e abrangente estudo, Peter Burke dá mais uma inestimável contribuição às múltiplas relações possíveis entre a história e a linguagem no mundo ocidental.